

O PAPEL ESTRATÉGICO DO PETRÓLEO NA ECONOMIA E NA GUERRA

O petróleo como instrumento de poder: da segurança energética à condução de guerras, reservas estratégicas definem soberania, influenciam economia e redefinem alianças geopolíticas no cenário internacional multipolar.

Carlos A. Klomfahs*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

O petróleo, usado desde 5.000 anos antes de Cristo e industrializado a partir de 1859 nos Estados Unidos (na cidade de Titusville, Pensilvânia), ocupa posição central na economia mundial, influenciando diretamente a inflação, o comércio internacional e a condução de guerras. Sua relevância transcende o campo energético, tornando-se instrumento de poder geopolítico e militar, capaz de redefinir alianças e estratégias nacionais. A criação da Reserva Estratégica de Petróleo dos Estados Unidos (SPR, *Strategic Petroleum Reserve*) exemplifica como o recurso é tratado como ativo de segurança nacional.

Para países como o Brasil, que não possuem reservas estratégicas e dependem do refino externo, o desafio é transformar sua produção em vantagem soberana, poder

militar e reduzir vulnerabilidades estruturais. Em caso hipotético de um conflito armado convencional dos Estados Unidos, Japão ou Europa contra a China, a Venezuela, o Irã e/ou a Rússia, por exemplo, a posse de grandes reservas de petróleo é imprescindível para o complexo industrial militar e para os equipamentos de combate na sustentação de ofensivas em uma guerra de longo prazo.

Destaca-se a participação do petróleo nas economias da OPEP e do Brasil.

Arábia Saudita: O petróleo responde por cerca de 40% do PIB e mais de 70% das receitas de exportação, tornando o país altamente dependente dessa *commodity*.

Irã: Aproximadamente 30% do PIB e mais de 50% das exportações vêm do petróleo e gás, vulnerabilizando a economia a sanções e oscilações de preço.

Iraque: O petróleo representa mais de 60% do PIB e quase 90% das receitas fiscais, configurando dependência extrema.

Venezuela: Apesar da queda de produção, o petróleo ainda responde por mais de 20% do PIB e quase toda a receita de exportação.

Brasil: Fora da OPEP mas relevante globalmente, o petróleo e gás representam cerca de 10% do PIB e 15% das exportações. A vulnerabilidade está menos na produção e mais na dependência de derivados importados, devido à insuficiência da infraestrutura de refino.

Uma conclusão econômica é que países da OPEP são altamente vulneráveis a choques de preço por dependerem de forma concentrada do petróleo. O Brasil, embora com diversificação, sofre vulnerabilidade estrutural por não transformar sua produção em autonomia energética plena.

Não é tudo.

A rigor, o petróleo é mais do que uma *commodity* energética: ele organiza cadeias produtivas, arbitra o custo do transporte e condiciona decisões de Estado. Quando seus preços oscilam, não mudam apenas planilhas — mudam prioridades nacionais, alianças e a forma de travar e conduzir guerras.

Ora, a criação da SPR dos Estados Unidos em 1975 foi uma resposta direta ao choque do petróleo de 1973, quando o embargo da OPEP expôs a vulnerabilidade energética

das economias ocidentais. A SPR surgiu como um instrumento de segurança nacional, pensado para garantir suprimento em momentos de crise e reduzir a dependência de importações em cenários de instabilidade geopolítica. Desde então, ela se consolidou como a maior reserva governamental de petróleo do mundo, armazenada em cavernas de sal no Texas e na Louisiana, com capacidade superior a 700 milhões de barris em seu auge.

Com efeito, ao longo das décadas, a SPR foi utilizada em momentos críticos para estabilizar mercados e assegurar a continuidade da atividade econômica. Em 1991, durante a Guerra do Golfo, parte da reserva foi liberada para conter a volatilidade dos preços. Em 2005, após o furacão Katrina, o governo norte-americano recorreu novamente à SPR para compensar a interrupção de refinarias e oleodutos. Mais recentemente, em 2022, diante da invasão da Ucrânia pela Rússia e da disparada dos preços globais de energia, os EUA realizaram uma liberação recorde de barris, demonstrando como a reserva continua sendo um instrumento de política econômica e geopolítica.

Com maior razão, o uso da SPR não se limita a crises militares ou desastres naturais; ela também tem sido empregada como ferramenta de política doméstica. A liberação de estoques em 2022–2023 foi justificada não apenas pela guerra na Europa, mas também pela necessidade de conter a inflação interna e aliviar o custo dos combustíveis para consumidores e empresas. Essa dimensão política gera debates sobre se a SPR deve ser usada apenas em emergências estratégicas ou também como mecanismo de regulação econômica. Em novembro de 2025, conforme noticiado pela *Forbes*, os EUA anunciaram a adição de um milhão de barris de petróleo bruto à SPR, sinalizando uma tentativa de recompor estoques e preparar-se para futuras tensões globais.

Entrementes, esse movimento revela que, mesmo em um mundo em transição energética e com o comércio de petróleo cada vez mais diversificado em moedas como yuan e euro, o petróleo continua sendo um ativo estratégico. A SPR garante autonomia energética em caso de guerra, fortalece a posição dos EUA em negociações internacionais e funciona como amortecedor contra choques inflacionários. Em um cenário multipolar, no qual a China amplia suas compras de petróleo e ouro para reduzir dependência do dólar, a manutenção de reservas robustas é uma forma de preservar influência e segurança nacional.

TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS APLICÁVEL AOS FATOS ATUAIS

A teoria mais aplicável aos fatos atuais é o **Realismo**, que parte da premissa de que os Estados são os principais atores das relações internacionais, agindo de forma racional para maximizar poder e segurança.

A SPR é um exemplo clássico de política realista: trata-se de um instrumento de poder material que garante autonomia energética e capacidade de sustentar operações militares e econômicas em cenários de conflito.

O uso da reserva em momentos de crise mostra como os EUA priorizam sua segurança nacional e sua posição estratégica no sistema internacional, mesmo diante de pressões econômicas internas.

Além disso, o Realismo explica a competição energética global: a diversificação da China em termos de petróleo e ouro, e a busca por reduzir a hegemonia do dólar, são movimentos típicos de Estados que buscam aumentar seu poder relativo e reduzir sua vulnerabilidade frente a rivais.

HANS MORGENTHAU (REALISMO CLÁSSICO)

Morgenthau defendia que os Estados agem guiados pelo interesse nacional definido em termos de poder. O petróleo, nesse sentido, é um recurso estratégico que amplia a capacidade de projeção militar e econômica dos EUA.

A criação e manutenção da SPR exemplificam a busca por autonomia e segurança nacional, reduzindo vulnerabilidade frente a choques externos. Para Morgenthau, a política internacional é marcada pela luta constante por poder; controlar reservas energéticas é uma forma de garantir uma vantagem relativa.

KENNETH WALTZ (NEORREALISMO/REALISMO ESTRUTURAL)

Também é possível aplicar Waltz, que enfatiza a anarquia do sistema internacional e a necessidade dos Estados de se protegerem. A SPR seria uma resposta estrutural à incerteza do sistema: os EUA acumulam petróleo para reduzir riscos e manter posição dominante. Diferente de Morgenthau, Waltz foca menos em líderes e mais na estrutura internacional que obriga os Estados a buscarem segurança.

Para o caso específico da SPR, Morgenthau é mais direto, porque o petróleo é tratado como instrumento de poder material e de influência política. Já Waltz ajuda a explicar por que todos os Estados — não apenas os EUA — buscam reservas e diversificação energética em um sistema internacional anárquico.

“O presidente Trump prometeu proteger a segurança energética dos Estados Unidos reabastecendo e gerenciando a SPR de forma mais responsável”, observou o secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, em um comunicado à imprensa.

VISÃO GERAL ESTRATÉGICA

Baixa Elasticidade e Ubiquidade: O petróleo tem poucas substituições imediatas em transporte pesado, aviação e petroquímica. Oscilações de preço repercutem rápido em custos logísticos e industriais.

Alavanca Geopolítica: Países com reservas e capacidade de produção (incluindo membros da OPEP+) influenciam oferta e preços globais; grandes consumidores moldam demanda e políticas de estoque, eficiência e transição energética.

Centralidade Militar: Combustíveis fósseis sustentam mobilidade, projeção de força e cadeia de suprimentos militar. Em conflitos, abastecimento e negação de acesso a energia tornam-se objetivos estratégicos.

IMPACTOS ECONÔMICOS E INFLAÇÃO

Transmissão via Energia e Transporte: Choques de petróleo encarecem combustíveis, elevando custos de frete e insumos. Isso alimenta inflação de curto prazo, especialmente em economias dependentes de diesel e gás.

Efeitos de Segunda Ordem: A alta do petróleo pode pressionar salários, reduzir margens empresariais e alterar expectativas inflacionárias; bancos centrais tendem a apertar a política monetária para conter repasses.

Balanço de Pagamentos: Exportadores de petróleo acumulam receitas e fortalecem moeda; importadores sofrem deterioração de termos de troca, pressão cambial e défices.

Ciclo de Investimento e Crescimento: Preços elevados estimulam CAPEX em

upstream e refino; preços baixos reduzem investimento e podem provocar falências em segmentos de alto custo.

Exemplo Regional: Cadeias *onshore* de petróleo e gás ampliam emprego, renda e arrecadação, com impacto direto em PIB industrial e desenvolvimento local quando há regulação favorável e decisões estratégicas consistentes.

GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA ENERGÉTICA

A geopolítica e segurança energética tem como principais pontos os seguintes:

Poder de Cartel e Coordenação: A OPEP e a OPEP+ coordenam cortes e aumentos de produção, afetando diretamente os preços globais e as políticas energéticas de terceiros.

Choques Geopolíticos: Guerras, sanções e tensões diplomáticas interrompem oferta, elevam prêmio de risco e volatilidade, como visto em episódios recentes que redesenharam rotas e preços do petróleo bruto.

Armas Financeiras e Jurídicas: Sanções sobre exportações, seguros marítimos e financiamento a operadores de energia alteram fluxos e encarecem transações, reconfigurando mercados regionais.

Atores-chave: Países com amplas reservas e grandes consumidores são protagonistas na geopolítica do petróleo; suas políticas determinam equilíbrio entre segurança energética e objetivos climáticos.

PAPEL MILITAR E CONDUÇÃO DE GUERRAS

O papel militar e de condução de guerras tem no petróleo seu insumo mais importante, insubstituível atualmente por qualquer outro meio energético, devido a sua alta capacidade energética, usos diversos de várias áreas do complexo industrial militar e nos equipamentos militares propriamente ditos. Vejamos:

NECESSIDADE DO PETRÓLEO NA ÁREA MILITAR

O petróleo é insubstituível em diversos equipamentos militares, pois garante mobilidade, logística e poder de fogo:

Carros de Combate (Tanques): Utilizam diesel como combustível principal, essencial para operações terrestres prolongadas.

Aviões Militares: Dependem de querosene de aviação (JP-8 ou *Jet Fuel*), sem o qual não há capacidade de projeção aérea.

Navios de Guerra: Movidos por *bunker oil* ou diesel naval; porta-aviões nucleares são exceção, mas ainda dependem de derivados para embarcações auxiliares.

Veículos Logísticos e Blindados Leves: Caminhões, transportes de tropas e veículos blindados usam diesel ou gasolina.

Geradores Militares: Usam derivados de petróleo para garantir energia em bases avançadas e operações de campo.

Helicópteros: Também dependem de querosene de aviação, crítico para mobilidade tática e evacuação médica.

Portanto, o petróleo é a espinha dorsal da logística militar moderna. Sem ele, tanques, aviões, navios e veículos de apoio ficam paralisados, comprometendo a capacidade de defesa e ataque, e também:

Mobilidade e Logística: Exércitos, marinhas e forças aéreas dependem de derivados (diesel, querosene de aviação). Quem controla rotas, refinarias e depósitos controla o ritmo operacional.

Negação e Proteção: Alvos típicos incluem oleodutos, terminais, refinarias e navios-tanque; proteger infraestruturas críticas e linhas de abastecimento torna-se prioridade.

Estratégia de Reservas: Estoques estratégicos e diversificação de fornecedores reduzem vulnerabilidade a bloqueios e sabotagens; aliados coordenam liberação de estoques para amortecer choques.

Economia de Guerra: Custos energéticos determinam a sustentabilidade do esforço bélico; preços elevados drenam recursos e exigem racionamento e conversão industrial.

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E CENÁRIOS

O petróleo é usado como instrumento geopolítico, notadamente nos cenários em que se busca garantir o fornecimento contínuo a longas distâncias, já que muitas das principais bases militares dos Estados Unidos estão estrategicamente posicionadas próximas a rotas marítimas críticas de petróleo, visando proteção e prevenção de bloqueios navais, especialmente no Oriente Médio e em regiões como o Golfo Pérsico. Essa disposição tem como objetivo garantir a segurança das linhas de suprimento energético e proteger o fluxo de petróleo que abastece tanto os EUA quanto seus aliados.

Curto Prazo: Redução de impostos sobre combustíveis, liberação de estoques, subsídios focalizados ao transporte essencial, e acordos diplomáticos para realocar oferta.

Médio Prazo: Eficiência energética no transporte pesado, diversificação de fornecedores, contratos de longo prazo, reforço de refino doméstico e armazenamento.

Longo Prazo: Eletrificação de mobilidade, combustíveis sustentáveis de aviação, hidrogênio para cargas pesadas, e reconfiguração da petroquímica com matérias-primas alternativas.

Gestão de Risco: *Hedge* de preços, seguro de interrupção de negócios e planejamento de continuidade operacional para setores intensivos em energia.

A ESTRATÉGIA DE DEFESA DO BRASIL

O país deveria ter considerado a necessidade de inserir, em sua Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa atual (Decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025) e congêneres militares “Estratégia Militar de Defesa” de cada Força Singular, o petróleo como prioridade estratégica de defesa por terra, mar e ar e nos aspectos cibernéticos e de guerra eletrônica, considerando os seguintes pontos:

Sensibilidade Inflacionária: A matriz logística baseada em rodovias e diesel amplia o *pass-through* de choques de petróleo ao IPCA.

Capacidades Internas: Produção *offshore* e refino doméstico mitigam dependência,

mas a composição de derivados e gargalos logísticos importam tanto quanto volumes brutos.

Dimensão Regional: O fortalecimento de cadeias *onshore* pode gerar efeitos multiplicadores em emprego e arrecadação local quando acompanhado de regulação previsível e investimento em infraestrutura.

Geopolítica Pragmática: Diversificar mercados de exportação e importação de derivados, manter estoques e usar diplomacia energética para amortecer a volatilidade OPEP+ e choques geopolíticos.

Assim, vê-se que os EUA mantêm estoques estratégicos elevados, mas Inglaterra e França possuem reservas menores e mais voltadas à segurança energética da União Europeia. O comércio de petróleo já não ocorre exclusivamente em dólar, e a China vem ampliando suas compras de petróleo e ouro, o que altera o equilíbrio geopolítico.

Atualmente, os Estados Unidos possuem cerca de 424 milhões de barris em estoques comerciais e mais de 410 milhões de barris em sua Reserva Estratégica de Petróleo (SPR).

Esses números colocam os EUA como o país com maior capacidade de amortecer choques de oferta.

Já Inglaterra e França mantêm reservas estratégicas menores, alinhadas às exigências da Agência Internacional de Energia (AIE), que obriga membros da OCDE a manter estoques equivalentes a pelo menos 90 dias de importações líquidas — no caso europeu, esses estoques são distribuídos entre países e empresas, funcionando como mecanismo coletivo de segurança energética.

O cenário atual é ainda mais complexo porque o petróleo deixou de ser comercializado exclusivamente em dólar: acordos bilaterais envolvendo yuan, euro e até rublos vêm ganhando espaço, reduzindo a transparência para os EUA sobre fluxos globais e enfraquecendo sua capacidade de monitorar o mercado.

Paralelamente, a China intensificou suas compras de petróleo do Brasil e da África Ocidental para diversificar fornecedores diante de sanções e tarifas, além de aumentar a aquisição de ouro como forma de proteger reservas e reduzir

dependência do dólar. Esse conjunto de fatores reforça a transição para uma ordem energética multipolar, na qual o controle norte-americano sobre preços e fluxos de petróleo se torna menos absoluto.

SÍNTESE DA HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA SPR

ORIGEM (ANOS 1970)

A Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA (SPR) foi criada em 1975 após a crise do petróleo de 1973, como mecanismo de segurança energética. Hoje continua sendo usada para estabilizar preços e garantir suprimento em crises, e recentemente os EUA anunciaram a adição de um milhão de barris, reforçando sua função histórica de amortecer choques econômicos.

A SPR nasceu durante o governo Gerald Ford, como resposta ao embargo da OPEP em 1973–74. O objetivo era reduzir a vulnerabilidade dos EUA a interrupções externas de fornecimento.

Infraestrutura Inicial: Foram construídas cavernas de sal no Texas e na Louisiana para armazenar petróleo bruto. Essas formações geológicas permitem estocagem segura e barata em grande escala.

Capacidade Máxima: Ao longo das décadas, a SPR chegou a armazenar mais de 700 milhões de barris, tornando-se a maior reserva governamental de petróleo do mundo.

Primeiras Liberações: Em 1991, durante a Guerra do Golfo, os EUA liberaram parte da SPR para estabilizar o mercado. Outras liberações ocorreram em 2005 (furacão Katrina), 2011 (intervenção coordenada da AIE na crise líbia) e 2022 (choque de preços após a invasão da Ucrânia pela Rússia).

PAPEL ATUAL E CONTEXTO GEOPOLÍTICO

Estabilização de Preços: A SPR funciona como amortecedor contra choques de oferta. Quando os preços sobem abruptamente, o governo pode liberar barris para reduzir pressões inflacionárias.

Segurança Nacional: Além da função econômica, a reserva garante suprimento para as forças armadas e setores críticos em caso de guerra ou bloqueio marítimo.

Uso Político e Econômico: Em 2022–23, os EUA liberaram volumes recordes para conter a inflação doméstica de combustíveis. Isso gerou debate sobre se a SPR deve ser usada apenas em emergências ou também como um instrumento de política econômica.

Reabastecimento Recente: Segundo a *Forbes*, em novembro de 2025 os EUA anunciaram a adição de um milhão de barris de petróleo bruto à SPR, parte de um esforço para recompor estoques após grandes liberações anteriores. Esse movimento sinaliza preocupação com futuras tensões geopolíticas e a necessidade de manter reservas robustas.

IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

Economia: A SPR ajuda a conter choques inflacionários derivados de alta do petróleo, protegendo consumidores e empresas.

Geopolítica: O controle de grandes reservas dá aos EUA poder de influência sobre mercados globais, mesmo em um cenário em que o petróleo não é mais comercializado apenas em dólar.

Militar: Em caso hipotético de conflito armado convencional dos Estados Unidos, Japão ou Europa contra a China e/ou a Rússia, por exemplo, para a sustentação de ofensivas em uma guerra de longo prazo é imprescindível a posse de grandes reservas de petróleo. A SPR garante autonomia energética para operações militares prolongadas, reduzindo vulnerabilidade a bloqueios externos.

Em síntese, vê-se que a SPR é um instrumento criado na década de 1970 que continua sendo central para a política energética e de segurança dos EUA. Sua história mostra como crises globais moldaram o uso da reserva, e o recente reforço de estoques indica que Washington ainda vê o petróleo como ativo estratégico em meio a um mercado cada vez mais multipolar.

CONSIDERAÇÕES PARA O BRASIL

A experiência norte-americana com a SPR mostra como estoques robustos funcionam como instrumento de segurança nacional, insumo militar insubstituível e estabilização econômica pois, como vimos, no caso hipotético de um conflito armado convencional dos Estados Unidos e/ou seus aliados contra a China e/ou a

Rússia, por exemplo, a sustentação de ofensivas em uma guerra de longo prazo requer a posse de grandes reservas de petróleo.

O Brasil perdeu a oportunidade de inserir em sua última versão da Política Nacional de Defesa, o petróleo como prioridade estratégica para defesa integral pelas três forças singulares em todos os aspectos: terra, mar e ar, cibernético e guerra eletrônica, e por não possuir uma reserva estratégica formal, permanece vulnerável a choques externos de oferta e preço. Essa ausência significa que qualquer crise internacional — seja um conflito militar, sanções ou desastres naturais — repercuta diretamente no custo interno dos combustíveis e, por consequência, na inflação.

A lição é clara: sem mecanismos de amortecimento, a economia brasileira fica exposta a volatilidades que poderiam ser mitigadas por políticas de estocagem e planejamento energético.

Outro ponto crítico é a dependência brasileira da infraestrutura de refino. Apesar de ser um grande produtor de petróleo bruto, o país ainda importa derivados, especialmente diesel, para atender sua matriz de transporte rodoviário, e também deve ser criada, em paralelo, uma estrutura ferroviária que promova a integração de todos os Estados com os oceanos Atlântico e Pacífico.

Essa contradição revela um gargalo estrutural: a falta de investimento consistente em refinarias limita a autonomia energética e amplia a vulnerabilidade externa. Diferente dos EUA, que utilizam a SPR para garantir suprimento em emergências, o Brasil depende de cadeias globais de refino e logística, o que aumenta o risco em cenários de guerra ou tensões geopolíticas.

Do ponto de vista estratégico, a ausência de reservas e a dependência de refino externo reduzem a capacidade do Brasil de usar o petróleo como instrumento de poder. Em termos realistas, como apontaria Morgenthau, o país não maximiza seu recurso energético para fortalecer sua posição internacional. Isso significa menor margem de manobra em negociações globais e maior exposição a pressões externas. A lição é que energia não é apenas uma questão econômica, mas também de soberania, poder militar e segurança nacional.

Por fim, o Brasil precisa transformar sua condição de produtor em vantagem estratégica. Isso exige políticas de longo prazo voltadas à expansão da capacidade

de refino, criação de estoques estratégicos e diversificação de fornecedores de derivados. Investir em infraestrutura energética não é apenas uma questão de eficiência econômica, mas de proteção contra choques inflacionários e de fortalecimento da autonomia nacional.

A experiência da SPR nos EUA mostra que reservas e refino são pilares de poder; para o Brasil, a ausência desses instrumentos é uma vulnerabilidade que precisa ser corrigida se o país deseja consolidar sua posição como potência energética e reduzir sua dependência externa.

REFERÊNCIAS

NEIVA, J. (1986). *Conheça o petróleo*. Editora Ao Livro Técnico. Rio de Janeiro (RJ), 306p.

NUNES, André Figueiredo. *Segurança Energética: OPAEP e a Geopolítica do Petróleo no século XXI*. 2020. Biblioteca do Exército. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/8904>.

PETROBRAS. *O fabuloso mundo do petróleo*. 1975. PETROBRAS. Rio de Janeiro. 48p.

_____. *O Petróleo e a PETROBRAS*. 1984. PETROBRAS. Rio de Janeiro.

**Carlos A. Klomfahs é advogado, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECEME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.*
